

MÁRIO DE ANDRADE: UM (SOCIO) LINGUISTA *FOLK*

MÁRIO DE ANDRADE: UN (SOCIO) LINGÜISTA FOLK

MÁRIO DE ANDRADE: A *FOLK* (SOCIO)LINGUIST

Neila Barbosa de Oliveira Bornemann*

Maria Inês Pagliarini Cox**

Universidade Federal de Mato Grosso

RESUMO: Este estudo foi inspirado pelo artigo de Paveau (2018) sobre a linguística *folk* e sobre a possibilidade de não linguistas produzirem saberes linguísticos. Fugindo ao binarismo cartesiano – linguistas *versus* não linguistas –, ela propõe um *continuum* que vai do linguista profissional ao homem comum. Foi impossível, no momento da leitura desse artigo, não pensar em Mário de Andrade como um linguista *folk*. Desejando estabelecer uma norma linguística brasileira, formalmente coerente com a expressão literária nacional, até então refém do padrão lusitano, o escritor modernista empenhou-se, numa visada globalizante, por meio do projeto da Gramatiquinha, para captar o falar médio dos brasileiros que identificaria falantes rurais e urbanos, das diversas regiões do país e de todas as classes sociais. No contínuo proposto por Paveau (2018), há um lugar para escritores e ensaístas que realizam descrições e intervenções no padrão linguístico. É nessa perspectiva que se reflete sobre enunciados de Mário que fazem dele uma espécie de sociolinguista *avant la lettre*.

PALAVRAS-CHAVE: Mário de Andrade. Fala brasileira. Linguista *folk*.

RESUMEN: Este estudio se inspiró en el artículo de Paveau (2018) sobre lingüística folk y la posibilidad de que los no lingüistas produzcan saberes lingüísticos. Escapar del binario cartesiano - lingüistas versus no lingüistas - propone un continuum que va del lingüista profesional al hombre común. Era imposible, en el momento de leer este artículo, no pensar en Mário de Andrade como un lingüista folk. Deseando establecer una norma lingüística brasileña, formalmente coherente con la expresión literaria nacional, hasta ahora retenido del estándar lusitano, el escritor modernista se esforzó, en una visión globalizadora, a través del proyecto de Gramatiquinha, para capturar el discurso promedio de los brasileños que identificarían a los hablantes rurales y urbanos, de diferentes regiones del país y de todas las clases sociales. En el continuo propuesto por Paveau (2018), hay un lugar para escritores y ensayistas que realizan descripciones e intervenciones en el estatuto lingüístico. Es desde esta perspectiva que uno reflexiona sobre las declaraciones de Mário que lo convierten en una especie de sociolingüista *avant la lettre*.

PALABRAS CLAVE: Mário de Andrade. Habla brasileña. Lingüista folk.

ABSTRACT: This study was inspired by Paveau's article (2018) on *folk* linguistics and on the abilities of non-linguists to produce linguistic knowledge. The author abandons the Cartesian binarism – linguists *versus* nonlinguists – and proposes a *continuum*

* Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (2019) e servidora técnico-administrativa da UFMT. E-mail: neilabornemann@gmail.com.

** Doutora em Educação pela UNICAMP (1989) e professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (UFMT). E-mail: minescox@hotmail.com.

which goes from the professional linguist to the ordinary man. It was impossible, at the time of reading that article, not to think of Mário de Andrade as a *folk* linguist. He was keen to establish a Brazilian linguistic norm, formally consistent with the national literary expression hitherto hostage of the Lusitanian grammar pattern. In a globalizing vision, the modernist writer endeavored to capture the average speech of Brazilians through the Gramatiquinha project, which would identify rural and urban speakers from the various regions of the country and from all social classes. In the *continuum* proposed by Paveau (2018), there is a place for writers and essayists who make descriptions and interventions in the standard linguistic norms. It is, therefore, in this perspective that this paper sets out to provide reflections on Mário's utterances which make him a kind of sociolinguist *avant la lettre*.

KEYWORDS: Mário de Andrade. Brazilian speech. *Folk* linguist.

1 INTRODUÇÃO

Os modernistas, como os românticos, reconheciam a alteridade entre o português brasileiro e o português lusitano e, como parte do projeto de abrigar o Brasil, desejavam legitimar as diferenças linguísticas, incorporando-as à escrita literária, na contramão da prática parnasiana que deliberadamente as silenciava. Enquanto o nacionalismo parnasiano resolvia a equação *nação/língua* como *nação brasileira/língua portuguesa*, o nacionalismo modernista via aí uma contradição a ser resolvida, defendendo a homologia entre *nação brasileira/língua brasileira*. Essa era a convicção do modernista Mário de Andrade que viveu¹ e pensou o Brasil nas primeiras décadas do século XX. Por isso, durante boa parte de sua atuação como escritor e publicista, Mário se empenhou ele próprio para instituir uma língua/fala brasileira que, mais coerentemente, representasse o Brasil, conclamando colegas de movimento a segui-lo no projeto de abrigar a expressão literária. Afinal, parecia-lhe um contrassenso fazer uma literatura que os escritores modernistas reivindicavam e designavam como “brasileira” com uma língua ainda tão lusitana. O projeto estético-ideológico do modernismo, tendo por princípio a constituição da identidade nacional, pelejava tanto pelo abrigamento do conteúdo quanto da forma linguística.

A constituição de uma identidade linguística brasileira fazia, assim, parte dos postulados modernistas. E Mário de Andrade foi, talvez, o escritor que mais insistiu na necessidade de levá-lo a sério para cortar definitivamente as amarras linguísticas que ainda prendiam a literatura brasileira à portuguesa. Para chegar a uma estilização culta do brasileiro vulgar que pudesse ser usada na escrita literária, Mário empreendeu muitas pesquisas sobre os falares de todas as regiões brasileiras e chegou a anunciar e esboçar a obra *Gramatiquinha da fala brasileira*, nunca publicada. Contudo, a partir de notas a ela destinadas, Edith Pimentel Pinto organizou o livro *A Gramatiquinha de Mário de Andrade* (1990).

Segundo a autora, o projeto da *Gramatiquinha* foi trabalhado com mais intensidade entre os anos de 1927 e 1929, período que coincide com a elaboração da obra Macunaíma (1928) e com a expedição etnográfica de Mário de Andrade à Amazônia (1927), ocasião em que se dedicou à coleta de elementos folclóricos e de expressões linguísticas regionais e populares. Nos manuscritos destinados à *Gramatiquinha*, o escritor se propunha a contribuir para a sistematização da fala brasileira. Não tinha a pretensão de impor normas como as das gramáticas normativas, mas desejava reunir as “constâncias” observadas na fala brasileira, trazendo à tona o elemento culto que pudesse ser empregado na expressão literária. A finalidade de seus estudos sobre a fala brasileira, como bem aponta Pinto (1990, p. 53), não era “catalogar particularidades, mas configurar o universal, para que fosse possível ‘escrever brasileiro’. E isto, em termos de léxico, sintaxe e ritmo”, porém, todos os esforços relativos a esse projeto ficaram nos rascunhos que guardam os esboços de suas ideias.

¹ Mário Raul de Moraes de Andrade nasceu na cidade de São Paulo, no dia 09 de outubro de 1893, filho de Maria Luisa de Moraes Andrade e Carlos Augusto de Andrade. Teve dois irmãos: Carlos, mais velho, e Renato, mais novo, que também foi pianista como Mário, e morreu ainda jovem, aos 14 anos, em 1913, por causa de um golpe recebido durante um jogo de futebol. Esse acontecimento abalou muito o desempenho artístico do escritor, causando-lhe tremor nas mãos, o que o levou a abandonar as apresentações de piano que fazia no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, onde havia se formado. Acometido de ataque cardíaco, morreu no dia 25 de fevereiro de 1945, aos 52 anos, na casa da Rua Lopes Chaves, onde morava com sua mãe e com a tia e madrinha de batismo, Ana Francisca.

Mesmo não sendo um gramático, um filólogo² ou um dialetólogo³ de formação, Mário demonstrava uma fina percepção das diferenças entre o português brasileiro e o português lusitano. Lendo o artigo de Paveau (2018)⁴, sobre a possibilidade de não linguistas produzirem saberes linguísticos, é impossível, a quem conhece a obra de Mário de Andrade, não pensar nele como um linguista *folk*, além de um escritor, um musicólogo, um etnógrafo, um publicista. Segundo a autora, há “um conjunto de práticas linguísticas designáveis como *folk*” que não deixa dúvida de que “um novo campo de investigação particularmente rico se abriu para os linguistas que se preocupam com quaisquer produções imaginárias e representacionais dos falantes” (PAVEAU, 2018, p. 23).

Em meio ao que chama de linguística *folk*, Paveau (2018, p. 23) identifica três tipos de práticas: descritivas, prescritivas e intervencionistas. E, fugindo ao binarismo cartesiano – linguistas *versus* não linguistas –, propõe uma classificação dos praticantes da linguística *folk*, a partir de “um *continuum* entre aqueles que fazem da linguística uma ciência una e aqueles que não” (PAVEAU, 2018, p. 24 e 25). Por ordem decrescente de domínio de um saber linguístico especializado, o *continuum* vai do linguista profissional ao homem comum, como podemos observar a partir do Quadro I, proposto com base no artigo da autora:

Linguistas profissionais	Fornecem descrições linguísticas;
Cientistas não linguistas	Propõem descrições linguísticas, a exemplo do que faz Pierre Bourdieu em <i>A distinção: crítica social do julgamento</i> ;
Linguistas amadores	Fornecem prescrições e descrições linguísticas, a exemplo do que faz o jurista Gérard Cornu em seu manual de linguística jurídica;
Logófilos, glossomaniacos e outros “loucos da língua”	Empreendem intervenções na língua, quer por invenção, quer por deformação, a exemplo de Jean-Pierre Brisset ou George Orwell;
Preparadores, revisores e redatores	Sugerem descrições e prescrições (incluindo correções);
Escritores, ensaístas	Ensaíam práticas linguísticas descritivas e interventivas, a exemplo de Artaud que, dotado de um saber linguístico, epilinguístico e plurilinguístico, se esforça para elaborar outra língua, cujas características são, essencialmente, a mistura e a transgressão ao sistema;
Ludolinguistas	Fazem descrições-interpretações linguísticas, a exemplo de humoristas, imitadores, autores de histórias bobas, autores de jogos sobre as palavras;
Falantes engajados	Realizam práticas linguísticas descritivas e interventivas, a exemplo do “ateliê de análise e de crítica do discurso político” intitulado, antifrasticamente, “O mundo reencantado de Nicolas Sarkozy”, proposto em 2007, em Paris, no 19º. Distrito, pela Coordenação dos Trabalhadores Temporários e Precários da Île-de-France, com o intuito de desenvolver meios eficazes de combater os efeitos do discurso político autorizado sobre os eleitores.
Falantes comuns	Realizam práticas linguísticas descritivas, prescritivas e interventivas, podendo ser encontrados entre quaisquer categorias profissionais que não tenham por hábito refletir sobre a língua, a exemplo de vendedores de loja, autores desconhecidos das colunas de leitores de jornais e revistas e usuários de blogs e fóruns, etc.

Quadro 1: Da linguística científica à linguística *folk*

Fonte: Elaborado com base em Paveau (2018)

² A filologia, criada no final do século XVIII, se dedica ao estudo da linguagem em fontes históricas escritas, literárias ou não. É compreendida como o estudo de textos escritos, para o estabelecimento de sua autenticidade e sua forma original, a determinação do seu significado e a sua contextualização histórica.

³ A dialetologia, criada no final do século XIX, estuda as variações linguísticas em correlação com a distribuição geográfica, tendo por princípio o levantamento de indicadores regionais, sobretudo fonético-fonológicos e lexicais, que permitam a elaboração de atlas linguísticos.

⁴ Este texto foi publicado originalmente em *Pratiques*, n. 139/140, dezembro de 2008.

Paveau (2018) nos adverte que essa classificação não é estanque, mas sim porosa, podendo um mesmo falante deslizar de uma posição para outra. A modo de ilustrar sua afirmação, ela evoca o caso de Saussure que, apesar de ser considerado o precursor da linguística moderna, escreveu os *Anagramas*, em que desliza da posição de cientista da língua para a posição de um ludolinguista. Para ela, “A porosidade das posições implica, igualmente, uma porosidade de saberes: os saberes linguísticos são transmitidos para os da linguística *folk*, e vice-versa” (PAVEAU, 2018, p. 28).

O Quadro I nos leva a excogitar a ideia de que Mário de Andrade pode ser pensado como um linguista *folk* que realiza práticas descritivas e interventivas no português de modo a torná-lo a língua dos brasileiros, a ser estilizada e posta em circulação na e pela literatura. No contínuo proposto por Paveau (2018), há um lugar para escritores e ensaístas que realizam descrições e intervenções no padrão linguístico. Embora Mário tivesse vivido décadas antes de a sociolinguística ter sido criada, muitas de suas ideias a respeito do português brasileiro ressoam as descobertas realizadas por esse ramo da linguística que retoma a interação entre a linguagem e a sociedade, silenciada no período em que predominou o imanentismo. Nesse estudo, vamos destacar momentos da obra de Mário que nos fazem vê-lo como um sociolinguista *avant la lettre*.

2 MÁRIO DE ANDRADE: UM (SOCIO)LINGUISTA AVANT LA LETTRE

Com o estatuto de ciência moderna, a linguística sincrônica⁵ surgiu no início do século XX, historicamente vinculada à publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, obra cuja autoria é atribuída ao suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913). O livro foi publicado três anos após sua morte, por iniciativa de dois de seus alunos: Charles Bally e Albert Sècheyhay, com base em anotações feitas durante as aulas ministradas por Saussure. Contudo, no Brasil, só a partir de 1960 a linguística foi introduzida oficialmente como disciplina nos currículos dos cursos de Letras. Esse momento representa a institucionalização da linguística no Brasil, pois até então era ensinada nas cadeiras de filologia românica e língua portuguesa.

A dicotomia *língua/fala*, sendo a *língua (langue)* a eleita como objeto da ciência e a *fala (parole)* considerada o elemento residual, por não se apresentar como metodologicamente apreensível pela sua fungibilidade e subjetividade, constitui o cerne da teoria linguística proposta por Saussure. A *língua* era vista como social (no sentido de interindividual), homogênea, sistemática, invariável, estática e abstrata; e a *fala*, como heterogênea, individual, caótica, dinâmica, variável e concreta. Essa dicotomia vigorou até a década de 1960, quando a sociolinguística assomou no horizonte da linguística como uma nova ciência, impulsionada pelos estudos variacionistas de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) que, investigando o processo de mudança linguística, descobriram que, diacronicamente, uma língua muda porque, sincronicamente, ela varia. Essa descoberta os levou a postular a tese de que a variação é inerente ao sistema linguístico e não apenas o seu resíduo. Assim, a língua passou a ser vista como inerentemente heterogênea, porém, trata-se de uma heterogeneidade ordenada, passível de ser descrita por uma abordagem estruturalista que correlaciona a variação sistêmica a fatores linguísticos e extralinguísticos.

Reposto o axioma da homogeneidade linguística pelo axioma da heterogeneidade ordenada, a variação passa a ser visualizada como regular e integrada ao sistema ou à competência linguística. Como afirma Bagno (2001, p. 41), “toda língua, qualquer língua, em qualquer momento histórico, em qualquer lugar do mundo, nunca é uma coisa compacta, monolítica, uniforme”. A sociolinguística veio, pois, “mostrar que toda língua muda e varia, isto é, muda com o tempo e varia no espaço, além de variar também de acordo com a situação social do falante” (BAGNO, 2001, p. 43). Varia, por exemplo, segundo o grau de escolaridade, a situação socioeconômica, a faixa etária, a origem geográfica, a etnia, o gênero, as situações de fala, etc. De modo enfático, Faraco (2008, p.5) afirma que “uma língua é, no fundo, muitas línguas” e que “o nome singular (português) recobre um balaio de variedades diferentes (o português são muitos portugueses)”.

⁵ Há quem date o nascimento da linguística no século XIX, a partir do desenvolvimento da chamada gramática histórica e comparada, ao adotar a postura descritiva e não prescritiva diante dos fatos da língua. Contudo, tratava-se de uma linguística diacrônica que comparava fases de uma mesma língua ou de línguas diferentes para agrupá-las em famílias e chegar à língua-mãe. Ferdinand Saussure era um comparatista, mas rompeu com a gramática histórica ao afirmar que a língua em funcionamento num dado momento é sempre sincrônica. Quem fala uma língua não precisa rememorar toda a sua história para usá-la. E é sob essa perspectiva sincrônica que a linguística moderna se propunha a descrever as línguas.

Mário de Andrade morreu em 1945, sem presenciar o advento da sociolinguística e sua chegada ao universo das Letras brasileiras. Dessa forma, embora Mário oponha *língua* brasileira à *fala* brasileira, certamente não o faz no sentido linguístico *stricto sensu*, e sim pelo viés dos estudos dialetológicos, herdados do século XIX, ou até mesmo pelo viés do senso comum. Todavia, ele demonstra uma intuição extremamente aguçada para a pesquisa sociolinguística, como podemos ver pela F1 e outras a serem analisadas nesta subseção.

F1 – As observações e pesquisas sobre a língua nacional não devem ser feitas exclusivamente entre pessoas das classes proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais. Deve estender-se a todas as classes, até mesmo aos cultos, mas sempre na sua linguagem desleixada espontânea e natural. As observações só não devem se estender aos indivíduos que timbram em falar certo. Ou melhor⁶: tem muita importância em verificar e apontar as regras e casos em que mesmo estas pessoas “culteranistas”, por desatenção momentânea, pecam contra o português de Portugal ou das gramáticas. (ANDRADE, 1990 [1928], p. 109)

A F1 evoca, polemicamente, os estudos dialetológicos realizados à época, como sugere o uso da negação polifônica no primeiro período: “As observações e pesquisas sobre a língua nacional *não* devem ser feitas exclusivamente entre pessoas das classes proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais”, índice material da discordância em relação àqueles que, a exemplo de Amadeu Amaral, se restringiam à pesquisa dos falares rurais de grupos afastados do mundo urbano e letrado. O que Mário diz na F1 revela um *feeling* de sociolinguista, meio século antes de a ciência existir. Sua concepção de como deveria ser a pesquisa a embasar a “fala brasileira” ou a “língua nacional” coincide em muitos aspectos com o que a sociolinguística denomina de “vernáculo geral” (uso não monitorado da língua pelos falantes de uma comunidade social), como podemos observar na formulação seguinte: as observações devem “estender-se a todas as classes, até mesmo aos cultos, mas sempre na sua linguagem desleixada espontânea e natural”, requisitos fortemente recomendados para a realização do inquérito sociolinguístico. Pinto (1990, p. 64) também enfatiza o fato de Mário de Andrade sugerir que o inquérito linguístico seja tanto horizontal quanto vertical, “aquela abrangendo o meio rural e o urbano, e esta, todas as camadas sócio-culturais, com exclusão apenas dos falantes detentores de consciência linguística”.

Conforme Tarallo (1985, p. 19), o vernáculo é a língua falada em casa, “nos botequins, clubes, parques, rodas de amigos; nos corredores e pátios de escolas, longe da tutela dos professores. É a língua falada entre amigos, inimigos, amantes e apaixonados”. É a língua dos momentos em que o falante se envolve plenamente *no que* da enunciação e não *no como*. O vernáculo de uma língua não é único e sim vários segundo o perfil socioeconômico e cultural da comunidade de falantes ouvidos.

Lendo F1, tem-se a impressão de ver nela o embrião do Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (Projeto NURC), iniciado em 1969, com o objetivo de documentar e descrever a norma objetiva do português culto falado em cinco capitais brasileiras: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife. No universo desse projeto, os informantes deviam ter curso superior completo, residir numa dessas metrópoles e ter origem urbana. Eram vetados informantes formados em Letras em razão do monitoramento consciente da língua passível de ocorrer durante as entrevistas de coleta de dados. Em certa medida, essa recomendação lembra a que Mário faz acerca da indesejável participação das “pessoas culteranistas” e dos “indivíduos que timbram em falar certo”, a não ser que sejam ouvidas em momentos que “por desatenção momentânea, pecam contra o português de Portugal ou das gramáticas”. Para perfilar a norma culta vernacular do português brasileiro, o material básico para a análise sociolinguística deve ser obtido em momentos em que os falantes (escolhidos segundo os critérios do NURC) não estejam prestando atenção *ao como* falam, tamanho o envolvimento *no que* falam.

Nas formulações seguintes, F2 a F5, podemos observar que outros postulados centrais da sociolinguística foram antevistos pelo escritor modernista. Nelas, o enunciador enfatiza a ideia de que a heterogeneidade e a transformação constante são inerentes a toda e qualquer língua, ideia que, no final da década de 1960, passa a figurar como o axioma fundador da sociolinguística, contrariando, de um lado, o postulado da linguística saussureana de que a língua é um sistema homogêneo e invariável e, de outro, o postulado da gramática tradicional de que apenas aquilo que mimetiza a norma padrão é língua.

⁶ Todas as grafias propostas por Mário de Andrade foram mantidas neste artigo.

F2 – Toda língua inclui dentro do seu conceito uma infinidade de línguas particulares, está claro. Tem a língua que a gente fala, a mais legítima, terrestremente falando. Mesmo esta se subdivide na língua do ferreiro, na do marujo, na do professor, na do aluno, na do amante, etc., etc. E tem a língua literária, mesmo esta divisível em muitas, a dos poetas, a dos pedagogos, a do naturalista, a das cartas, etc., etc. Mas incontestavelmente todas se incluem dentro do conceito geral de língua, que implica por sua vez, acomodações de toda linguagem falada, [...]. Desculpe esta descrição, mas apenas quero lhe provar que não me organizei à tola. A língua ainda tem a circunstância de ser mudável, permanentemente mudável. (ANDRADE, 1981 [1935], p.157-158)

Na F2, Mário de Andrade afirma, textualmente, que “toda língua inclui dentro do seu conceito uma infinidade de línguas particulares”, desdobrando-a em língua *falada* (“a mais legítima”) e língua *literária*, quer dizer, língua escrita. A língua falada, por sua vez, comporta as *línguas profissionais* (“a língua do ferreiro, do marujo, do professor, do aluno, do amante, etc., etc.”), assim como a língua literária apresenta-se dividida na “língua dos poetas, dos pedagogos, do naturalista, das cartas etc., etc.”. Além de variar segundo as modalidades oral e escrita, segundo as profissões, segundo as funções e segundo os gêneros discursivos, a língua também é mutável (“mudável, permanentemente mudável”). Como vimos no princípio desta seção, *variar* e *mudar* são as principais propriedades das línguas, segundo o viés interpretativo da sociolinguística, mas foram antevistas por Mário quase meio século antes de essa ciência vir a ser.

F3 – A língua no seu sentido, digamos, abstrato, é uma propriedade de todo o grupo social que a emprega. Mas isto é uma mera abstração, essa língua não existe. O tempo, os acidentes regionais, as profissões se encarregam de transformar essa língua abstrata numa quantidade de linguagens concretas diversas. Cada grupinho, regional e profissional se utiliza de uma delas. Deus me livre de negar a existência de uma língua “cultura”. Mas esta é exclusiva apenas de um dos grupinhos do grande grupo social. Essa é a língua escrita, por excelência, tradicionalista por vício, conservadora por cacoete específico de cultismo. Ou de classe. Mas já está mais que observado que os mesmos indivíduos que escrevem nessa língua culta, muitas vezes se esquecem dela quando falam. Essa língua escrita não é a mesma que a linguagem da classe burguesa, que é falada e não tem pretensões aristocráticas de bem falar. E existem as linguagens dos sentimentos, que fazem um burguesinho ter com a mulher uma linguagem amorosa muito especial, ou ter tal linguagem nos momentos de cólera que jamais, como vocabulário e sintaxe, ele empregaria na festa de aniversário da filhinha. (ANDRADE, 1972 [1940], p. 207-208)

Na F3, o leitor, se linguista, presente uma certa ressonância do conceito saussuriano de língua, embora Mário possa não ter lido Saussure. Ao dizer que “a língua [...] é uma propriedade de todo o grupo social que a emprega” e que, enquanto tal, “é uma mera abstração” que “não existe”, ele enumera várias características da língua que encontramos em Saussure. Afirmar que a língua é uma abstração implica observar que ela, como sistema, não está inteiramente presente em nenhum falante, pois é a totalidade dos falantes que a constitui. Essa língua abstrata só existe sob a forma de linguagens concretas. Tais linguagens concretas lembram o que os sociolinguistas chamam de “normas”.

Em lugar da dicotomia saussuriana língua/fala, o linguista romeno Eugenio Coseriu propõe uma tricotomia, introduzindo o conceito de “norma”, recusado, num primeiro momento, pela linguística nascente como gesto de ruptura com a gramática tradicional, universo em que o termo *norma* estava contaminado pelo sentido de *prescrição*. Coseriu (1980 [1952]) sugere que se parta do mais concreto (o falar concreto) para o mais abstrato (o sistema), passando por um nível intermediário a norma). O falar concreto, portanto, pode ser definido como o real individual; a norma, como o real coletivo e o sistema, como o ideal coletivo. O conceito de “falar concreto” equivale ao de fala (*parole*). Pelo termo “norma”, Coseriu designa aqueles aspectos do “falar concreto” que são traços comuns, constantes, tradicionais, coletivos, mas não necessariamente funcionais no interior de todo o sistema. O termo “sistema” designa o conjunto das oposições linguísticas funcionais e equivale a “língua” (*langue*). Coseriu (1980) assim distingue “norma” de “sistema”:

[...] o termo *norma* abrange fatos linguísticos efetivamente realizados e existentes na tradição, ao passo que o sistema é uma técnica aberta que abrange virtualmente também os fatos ainda não realizados, mas possíveis de acordo com as mesmas oposições distintivas e as regras de combinação que governam o seu uso. (COSERIU, 1980, p. 123)

Portanto, de acordo com Coseriu (1980 [1952]), o falar concreto individualiza os falantes de uma dada língua, o sistema os reúne numa só coletividade e a norma os dispõe em subgrupos. Entretanto, para ele, a norma não é “o como se deve dizer”, mas “o como se diz”. Assim, a língua só é concreta quando observada como norma, em sentido descritivo e não prescritivo. Conforme Lucchesi (2004, p. 85): “Não se pode mais pensar o sistema de funcionamento da língua dissociado dos padrões coletivos de comportamento linguístico, nos quais o sistema linguístico se atualiza em cada momento do seu devir histórico”.

Apesar da distância temporal e paradigmática que separa o escritor modernista e os (socio)linguistas, salta aos olhos a ressonância entre eles, como se pode observar quando se compara a citação de Lucchesi com este excerto da F3: “O tempo, os acidentes regionais, as profissões se encarregam de transformar essa língua abstrata numa quantidade de linguagens concretas diversas. Cada grupinho, regional e profissional se utiliza de uma delas”.

Outra discussão que também poderia ser tributada a um sociolinguista é a que Mário faz a respeito da norma culta. Assim, ele se refere ao dogma da norma culta: “Deus me livre de negar a existência de uma língua ‘cultua’”. Esse trecho mostra a relação polêmica que Mário entretém com os defensores da língua culta, ou seja, seria “crucificado” por eles, se entre o reconhecimento das múltiplas linguagens, negasse a existência da língua culta, porém, ao contrário dos conservadores, ele não considerava essa variante superior e única, apenas a reconhecia como mais uma dentre as outras, posição que viria a ser sustentada pelos estudos (socio)linguísticos décadas depois. Além disso, ele dirá, com todas as letras, que essa língua é o capital linguístico apenas de um grupinho: “Mas esta (a língua culta) é exclusiva apenas de um dos grupinhos do grande grupo social” (F3). Seu “faro” sociolinguístico o faz ir além, distinguindo a língua culta real (norma objetiva) e a língua culta ideal (norma subjetiva). A língua culta ideal “é a língua escrita, por excelência, tradicionalista por vício, conservadora por cacoete específico de cultismo. Ou de classe.” (F3). Naquela época, Mário já observava que a língua falada pela elite não era a mesma que ela usava para escrever: “já está mais que observado que os mesmos indivíduos que escrevem nessa língua culta, muitas vezes se esquecem dela quando falam” (F3). A língua com que o burguesinho namora, encoleriza-se e vai ao aniversário da filhinha não é a mesma que usa para escrever quando se curva ao que prescreve a tradição gramatical. Em resumo, se a situação de fala varia, a língua também varia. Aliás, esse princípio da adequação se tornaria o fundamento da noção de “competência comunicativa”, desenvolvida por Dell Hymes na década de 1970, postulando a articulação entre normas linguísticas e normas socioculturais, princípio medular da chamada sociolinguística interacional.

A F4, a seguir, insiste na oposição entre “língua morta” e “instrumento vivo”, como características da “linguagem culta” e das muitas linguagens do cotidiano respectivamente:

F4 – Não houve uma clara e realista consciência de que a linguagem usada por milhares de pessoas, já por si diferentes umas das outras e ainda por cima diferenciadas por profissões, situação social, etc., é necessariamente um instrumento vivo, em eterno fazer-se, a que qualquer coisa modifica, transforma ou acrescenta. Ainda mais: não se levou exatamente em conta que, dentro dessa língua total, a linguagem culta funciona mais ou menos como uma língua morta, de tendências necessariamente conservadoras que a fixam pelo estudo e a estratificam pelo cultivo da tradição. (ANDRADE, 1972 [1940], p. 211).

Essa formulação nomeia a falta de clareza e de consciência quanto à percepção da língua usada como um “*instrumento vivo*, em eterno fazer-se, a que qualquer coisa modifica, transforma ou acrescenta”. Se as pessoas por si são diferentes, se diferentes são as profissões e as situações, a língua que falam não pode ser a mesma. Em oposição ao qualificativo “viva”, observamos o uso da palavra “morta” para se referir à “linguagem culta” no enunciado: “não se levou exatamente em conta que, dentro dessa língua total, a linguagem culta funciona mais ou menos como uma *língua morta*” (F4). Visualizamos, em F4, a formulação de um simulacro do culto à tradição gramatical que considerava a língua culta a única língua correta, a única digna de ser estudada, a única (herança intocável de Portugal) a ser preservada contra o uso predatório feito pelos brasileiros. Em contrapartida, na F5, Mário destaca a necessidade de se aproveitar a vida da língua, porque seus momentos não duram para sempre:

F5 – As expressões duma língua mudam rapidamente, mudam constantemente e em pouco tempo já são outras. Carece aproveitar o seu momento de vida oral e se expressar sem acreditar que sejam vulgarismos. (ANDRADE, 1990 [1928], p. 408)

Considerando que a mudança é inerente às línguas e que as expressões passam rapidamente, Mário de Andrade enfatiza que é preciso “aproveitar o seu momento de vida oral e se expressar *sem* acreditar que sejam vulgarismos”. Chama-nos a atenção o termo “sem”, pois este remete à posição gramatical que traduzia/categorizava as expressões em uso no vernáculo por meio do simulacro “vulgarismos”, que categorizava um determinado tipo de vício de linguagem. O termo “sem” materializa, pois, a polifonia entre a posição modernista que não teme os “brasileirismos” e vê neles inestimáveis recursos de estilo e a posição conservadora que evita os “brasileirismos” sob a pecha de vulgarismos.

Nas formulações, de F2 a F5, vemos, portanto, o enunciador defendendo a ideia de que a variação e a mudança são inerentes às línguas, bem como a ideia de que a língua culta, tal como defendida pelos gramáticos tradicionais, é uma língua morta, que não cessa de não se realizar nas situações efetivas de uso da linguagem, ideias basilares à instituição da sociolinguística como ciência.

Como afirma Yaguello (2001, p. 279): “Na língua se inscreve a passagem do tempo”. Por isso, uma língua, enquanto falada, nunca cessa de se fazer outra. Diante da mudança ininterrupta levada a efeito pelo povo que a utiliza, a língua culta padronizada e codificada pela elite e ensinada na escola soa como uma língua morta, embalsamada, que a nostalgia purista sacraliza e resiste a enterrar. Afinal, reconhecer que uma língua muda seria reconhecer que envelhecemos, constatação que se reveste de saudosismo. E, mais, reconhecer que a língua muda pela boca/mão do povo seria reconhecer que o poder da elite, em matéria linguística, pode pouco diante da potência da massa. Assim, se os puristas desejam conservar a língua, é porque leem na sua mudança a própria decadência e degenerescência. Perceber que a língua se fez outra significa perder o domínio sobre/por ela, o que pode se manifestar por meio de julgamentos éticos e estéticos, como: outrora, tão bela, tão pura, tão correta, tão perfeita, tão lógica, tão regrada; agora, tão feia, tão errada, tão misturada, tão imperfeita, tão ilógica, tão caótica. Mário de Andrade, como ninguém, entendia a inexorabilidade do tempo sobre a língua e, por essa razão, defendia a ideia de que a vida, a exuberância da língua, deveria ser aproveitada, transformada em expressão literária, sem preconceito, sem o temor da pecha de “vulgarismos”, antes que eles (os vulgarismos) morressem (ver F5).

Nas formulações de F6 a F10, a seguir, mais alguns postulados que viriam a se revelar centrais no universo da sociolinguística são renunciados por Mário: a postura descritiva diante das normas, a precedência do uso da língua sobre a formalização gramatical e a substituição do princípio de correção pelo de adequação.

F6 – O governo podia determinar um grupo de batutas que elaborasse uma gramática mais larga, pra uso das escolas. Está claro que não uma gramática de tentativas que nem as da língua minha, porém tomando em conta fenômenos já universalizados, os pronomes por exemplo. Cabia aos filólogos [...] o trabalho honesto de fornecer aos artistas uma codificação das tendências e constâncias da expressão linguística nacional. Mas eles recuam diante do trabalho útil, é tão mais fácil ler os clássicos. (ANDRADE, 1990 [1928], p. 86)

F7 – Não falar nem uma vez em regras. Nem tão pouco em normas si possível. Falar só em “Constâncias”. (ANDRADE, 1990 [1928], p. 336)

F8 – Jamais me preocuparam erros de gramática, mas me preocupam “erros” de linguagem que fragilizam a expressão. (ANDRADE, 1990 [1928], p. 91)

F9 – A linguagem está muito gostosa. Você já refletiu sobre a sintaxe: “as fisionomias *se lhe embaralharam na memória*”? Repare como está ficando desagradável, pernóstica, lusitana e só encontrável em linguagem pretensiosa. Tem muito jeito de dizer isso evitando o “se lhe” que não é da índole brasileira normal. Até você pode cortar, se livrando da gramática, o “lhe” sem que o sentido e o ritmo expressivo se prejudiquem. *Fica prejudicada apenas a gramática, mas não esqueça nunca que a língua é que faz a gramática e não a gramática que faz a língua.* (ANDRADE, 1993 [1942], p.4, grifos do autor)

F10 – A gramática apareceu depois de organizadas as línguas. Acontece que meu inconsciente não sabe de gramáticas, nem de línguas organizadas (ANDRADE, 1993 [1922], p. 73).

Nesse grupo de formulações, buscamos observar como Mário de Andrade concebe o processo de gramatização da fala brasileira. Na F6, avalia que esse processo não pode se reduzir às tentativas isoladas de escritores que, como ele, buscam, às cegas, uma certa sistematização da fala popular, mas deve ser atribuído a “um grupo de batutas”, quer dizer, a um grupo de *experts*, de pessoas entendidas no assunto. Para ultrapassar o estágio das gramatiquinhas individuais, era preciso o concurso de estudiosos de língua, como os filólogos, por exemplo. Contudo, “os filólogos” só tinham olhos para os textos escritos pelos clássicos, afinal sistematizar os usos orais de uma língua, dada a sua fluidez, era uma tarefa muito mais complexa do que aquela de depreender as prescrições que pautam a escrita padrão. Tanto na F6 quanto na F7, vemos Mário se pronunciando sobre esse processo de gramatização da fala brasileira por um viés essencialmente descritivo e não prescritivo, o que envolveria um extenso trabalho de pesquisa etnográfica a ser realizado por pessoas de “valor”, como “Mário Barreto, João Ribeiro e Amadeu Amaral” (ANDRADE, apud PINTO, 1990, p. 44). Na elaboração dessa gramática mais ampla, que poderia até ser usada na escola, era preciso levar “em conta fenômenos já universalizados, os pronomes por exemplo” (F6), era precisar levantar as regularidades da fala brasileira.

Fiel à sua intuição de pesquisador empírico, o enunciatador recomendava a si próprio nas notas destinadas à sua Gramatiquinha: “Não falar nem uma vez em *regras*. Nem tão pouco em *normas* si possível. Falar só em ‘constâncias’” (F7). O termo “constâncias” refere-se à regularidade de determinado fenômeno linguístico na fala dos brasileiros, denotando seu afastamento em relação ao princípio normativo e reforçando sua postura de observador fiel dos fatos. Mediante marcas como *não/nem uma vez e nem tão pouco*, nega os princípios que regem a gramática tradicional.

No idioma da sociolinguística, o termo “norma” passa a ser empregado em duas acepções. Na primeira acepção, a “norma” designa a modalidade linguística “habitual”, “comum” a uma dada comunidade social. Sob esse viés interpretativo, a norma se estabelece pela frequência de uso, sem implicar qualquer valorização, definindo-se como regularidades linguísticas correlativas a estratos sociais, a momentos históricos, a diversidades regionais e a graus de formalidade. Nesse sentido, a norma seria a língua usual, a “média dos falares”, a situação objetiva atestada estatisticamente, existindo sempre no plural. É inegável que o termo “constâncias” a que Mário recorre nos esboços da Gramatiquinha guarda muita semelhança com o termo “norma”, nessa acepção. Contudo, se ele o evita é porque, o termo “norma”, todos sabemos, desliza incontrolavelmente para a segunda acepção: uso regrado, modalidade escrita supostamente “usada” por falantes da elite cultural letrada, padrão linguístico imposto e cultuado, prescrição, etc. Da primeira acepção de norma para a segunda, há um deslizamento do *normal* para o *normativo*, quer dizer do habitual para o não-habitual, mas imposto.

Na F8, Mário de Andrade continua, por meio da negação polifônica, corporificada no advérbio de negação “jamais”, a se afastar dos princípios gramaticais, desta feita enunciando que “erros de gramática” absolutamente não o preocupam, mas “erros de linguagem”, sim, pois eles “fragilizam a expressão”. O que a gramática taxa como erro não necessariamente consiste em erro de linguagem, e o que é avaliado como certo (aceitável) na linguagem usada naturalmente pode ser considerado errado sob o ponto de vista gramatical. Como já consideramos na análise da F3, realizada anteriormente, essa distinção entre “erro de gramática” e “erro de linguagem” prenuncia a distinção entre “correção” e “adequação”, que seria, incontáveis vezes, discutida pela sociolinguística a partir da década de 1960.

Essa distinção encontra-se ilustrada na observação feita na F9, em carta endereçada a Fernando Sabino, a propósito da frase “as fisionomias *se lhe embaralharam na memória*”? “Repare como está ficando desagradável, pernóstica, lusitana e só encontrável em linguagem pretenciosa. Tem muito jeito de dizer isso evitando o “se lhe” que não é da índole brasileira normal. Até você pode cortar, se livrando da gramática, o “lhe” sem que o sentido e o ritmo expressivo se prejudiquem” (F9). Usar o “se lhe”, apesar de acerto gramatical, seria erro de linguagem, uma vez que estaria em desacordo com “a índole brasileira”. O “se lhe” soaria inadequado, afetado, pernóstico, pretencioso, na pena de um escrevinhador brasileiro. Segundo Mário, o corte do “se lhe” poderia ser considerado um erro de gramática, mas em benefício da expressão. Então, o missivista arremata seu pensamento, recomendando enfaticamente a seu destinatário que “não esqueça nunca que a língua é que faz a gramática e não a gramática que faz a língua” (F9). A dupla negação “não/nunca” cumpre a função de lembrar algo praticamente esquecido pelo pensamento toldado pela tradição gramatical que nos fazia crer que era a gramática que nos ensinava a falar e não o inverso. Nesse sentido, a F10 – “A gramática apareceu depois de organizadas as línguas. Acontece que meu inconsciente não sabe de gramáticas, nem de línguas organizadas” – soa profundamente afinada com o pensamento linguístico, ao distinguir “competência linguística” de “gramática” como conjunto de regras prescritivas.

A competência linguística seria uma espécie de gramática internalizada de que o falante se serve automática e inconscientemente ao usar uma língua. Por tudo que foi dito nesta subseção, somos levados a pensar em Mário de Andrade como um (socio)linguista temporário, como um visionário da pesquisa sociolinguística no Brasil.

Mário não apenas observava e refletia sobre os traços linguísticos que faziam o português brasileiro diferente do europeu, mas também conclamava seus colegas de movimento a empregá-los e estilizá-los na escrita literária, de modo a fazer deles um padrão culto coletivo que destronaria o padrão lusitano. Afinal, era preciso escrever brasileiro para que uma norma brasileira se patenteasse e pudesse ser apreendida e gramatizada. Como escritor modernista, em busca de emancipação cultural, literária e linguística daqueles que haviam colonizado não só nosso território, nossos corpos, mas também nosso pensamento e nossa linguagem, Mário se apresentava como um exemplo de coragem a ser seguido, logicamente, não sem “apanhar” da opinião pública que via nessa convocação à ruptura uma manifestação da vaidade do escritor:

F11 – Muita gente, até meus amigos, andaram falando que eu queria bancar o Dante e criar a língua brasileira. Graças a Deus não sou tão ingenuo nem tão vaidoso. A minha intenção única foi dar a minha colaboração a um movimento prático de *libertação* importante necessária. [...] Ora diante de todos aqueles que aconselhavam a intromissão de certos modismos e certas fórmulas gramaticais dos brasileiros na Tábua de leis linguísticas da língua lusitana, eu tive *a coragem consciente*, seguindo a tradição e o exemplo bonito de José de Alencar, tive a franqueza de agir em vez de ficar no discurso “Irmãos fazei!” Sempre tive horror ao “Sejamos!”. Eu sou. (ANDRADE, 1990 [1928], p. 315-316). (grifo das autoras)

Na F11, Mário responde às pessoas, incluindo amigos, que comparavam sua atitude em relação à língua brasileira à de Dante⁷, em relação ao italiano vulgar, num momento em que o latim era tido como a língua da cultura letrada na Europa. Nessa formulação, o escritor deixa bem claro seu propósito de efetivamente intervir na “Tábua de leis linguísticas da língua lusitana”, mas não ao bel-prazer de cada um. Teria de ser uma ação comum entre os escritores modernistas. Abominava aqueles que pregavam o mandamento modernista de abrigar a expressão literária, mas, na prática, não o cumpriam. As oposições *nós/eu* e *sejamos/sou* (subjuntivo/indicativo) são mobilizadas para patentear sua atitude não apenas de ideólogo do modernismo, mas também de um homem que tem a coragem de experimentar, ele mesmo, concretamente as ideias que propaga. Diferentemente daqueles que convocavam os outros a fazer – “Irmãos fazei!” –, mas fraquejavam na ação, Mário afirma ter tido “a coragem consciente, seguindo a tradição e o exemplo bonito de José de Alencar, [...] de agir em vez de ficar no discurso”. Em inúmeras ocasiões, o escritor enfatiza sua prática libertária em relação ao padrão gramatical lusitano, a exemplo de F12:

F12 – Já não disse sejamos brasileiros. Eu fui. Eu não falei: Escrevamos brasileiro. Eu escrevi. Si alguma coisa me orgulha é o poder intelectual maravilhosamente feliz com que eu cumpro os mandamentos da minha fé. (ANDRADE, 1990 [1928], p. 325-326)

Na F12, é por meio do contraste entre “sejamos brasileiros”/“fui brasileiro” e “escrevamos brasileiros”/“escrevi brasileiro” que Mário traça os limites entre ser apenas um militante e ser um artesão do abrigamento da língua. As formas *sejamos* e *escrevamos*, empregadas na primeira pessoa do plural do presente no modo subjuntivo, se remetem a uma voz coletiva que convoca para uma ação possível, desejada, mas não realizada, ao passo que *fui* e *escrevi*, empregadas na primeira pessoa do singular do pretérito perfeito no modo indicativo, se remetem a uma voz individual que afirma a ação como realizada. Em Mário, a reivindicação de abrigamento da expressão literária nunca foi apenas uma ideologia; ele sempre procurou cumprir os mandamentos de sua fé praticamente e cobrava de seus colegas de movimento que também agissem desse modo, conforme F13:

F13 – Foi uma ignomínia a substituição do *na* estação por *à* estação só porque em Portugal paisinho desinteressante pra nós diz assim. Repare que eu digo que Portugal *diz* assim e não escreve assim. Em Portugal tem uma gente corajosa que em vez de ir assuntar como é que *dizia* na Roma latina e materna, fez uma gramática

⁷ Dante (século XIV) escreveu o poema épico “Divina Comédia” na sua língua materna, o dialeto florentino, que é uma variedade do toscano. Escrevendo seu poema no dialeto florentino, uma língua vulgar, Dante mostrou que ele era adequado para a expressão literária superior, legitimando, assim, a língua italiana, num período da história ocidental em que tudo se escrevia em latim. As línguas românicas, ainda em processo de gramatização, não eram reconhecidas como línguas literárias. Assim, escrever a “Divina Comédia” no dialeto florentino foi um gesto de ruptura de Dante.

pelo que se falava em Portugal mesmo. Mas no Brasil o Sr. Carlos Drummond diz “cheguei em casa”, “fui na farmácia”, “vou no cinema” e quando escreve veste um fraque debruado de galego, telefona pra Lisboa e pergunta pro ilustre Figueiredo: – Como é que se está dizendo agora no chiado: é “chega na estação” ou “chega à estação”? E escreve o que o Sr. Figueiredo manda. (ANDRADE, 1982 [1925], p. 22-23, grifos do autor)

Na F13, trecho de uma carta endereçada a Carlos Drummond de Andrade, Mário discute a regência dos verbos “ir” e “chegar” que, no Brasil, se faz preferencialmente com a preposição “em” e, em Portugal, com a preposição “a”. Ele censura o amigo, por meio de ironias e tom escarnekedor, por trocar a forma “chega na estação” por “chega à estação”. Mário considera uma “ignomínia”, quer dizer, uma vergonha, uma humilhação Drummond fraquejar na hora de escrever e se submeter ao padrão português, vestindo “um fraque debruado de galego”, telefonando “pra Lisboa” e perguntando “pro ilustre Figueiredo: Como é que se está dizendo agora no chiado: é ‘chega na estação’ ou ‘chega à estação?’”

Na F14, diferentemente de Drummond, Mário mostra sua coragem ao optar pela regência brasileira “ir em” e empregá-la abundantemente na sua poesia:

F14 – LOUVAÇÃO DA EMBOABA TORDILHA

Eu *irei na Inglaterra*
E direi *pra* todas as moças da Inglaterra
Que não careço delas
Porque te possuo.

Irei na Itália
E direi *pra* todas as moças da Itália
Que não careço delas
Porque te possuo.

Depois *irei nos Estados Unidos*
E direi *pra* todas as moças dos Estados Unidos
Que não tenho nada com elas
Porque te possuo.

Depois *irei na Espanha*
E direi *pra* todas as *niñas* da Espanha
Que não tenho nada com elas
Porque te possuo.

Quando voltar *pro* Brasil
Te mostrarei a irmã dos teus cabelos,
Minha consciência triunfante
Será bonito enxergar as irmãs abraçadas na rua!
E ainda terei de ir *numa* terra que eu sei...
Mas não será *pra* lhe gritar minha felicidade fanfarrã...
Será numa comovida silenciosa romaria
De amor, de reconhecimento.
(ANDRADE, 1993 [1926], p. 147, grifos das autoras)

Outros tantos textos poderiam ser aqui tomados como exemplos de que a escrita literária de Mário corporifica seu próprio verbo, no que diz respeito ao postulado da construção de uma identidade linguística brasileira. Mário incorporou muitos brasileirismos à sua linguagem literária. Aqui ilustramos com os casos da regência do verbo “ir” (ir *em* e não ir *a*), que motivou o “puxão de orelhas” em Drummond, e da contração da preposição “para” (*pra*) que também foi alvo de muitas polêmicas com colegas que usavam ora “pra” ora “para”. Mário sistematicamente usava “ir em” e “pra”. Além desses brasileirismos, inúmeros outros mereceram a atenção de Mário tanto como um (socio)linguista temporão, quanto como escritor que lança mão de seu ofício para *intervir* no padrão

gramatical, quebrando a “Tábua de leis linguísticas da língua lusitana” que nos foi imposta pelos colonizadores e fazendo sobressair da linguagem vernacular oral a norma culta brasileira, primeiro literalizada nas obras literárias modernistas e depois gramatizada como norma geral, digna de representar a “universalidade brasileira”, como povo civilizado, no concerto da humanidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da evidência inegável de que o português falado no Brasil era já bem distinto daquele de Portugal, Mário de Andrade reivindicava a sistematização dessa variedade para que ela pudesse ser a matéria viva da expressão literária brasileira que os modernistas, tais os românticos, queriam tornar independente da expressão literária portuguesa. O domínio estético e gramatical lusitano havia ressurgido com toda força entre os parnasianos e isso desagradava os modernistas que tinham, entre suas bandeiras mais caras, a construção da identidade cultural e literária brasileira. Contudo, o clamor modernista pela sistematização da fala brasileira de modo a fazer emergir uma espécie de norma comum não correspondia aos princípios dos gramáticos da época que podiam até aceitá-la com uma variedade oral, mas jamais como uma variedade escrita digna de ocupar as páginas da literatura. O metro usado pelos gramáticos para medir o que podia e o que não podia na escrita literária era ainda o padrão escrito lusitano.

Assim, na ausência de “batutas” que se interessassem por sistematizar e gramatizar a fala brasileira, Mário, a despeito de se julgar uma pessoa não preparada para fazê-lo, concebeu e principiou a executar o projeto da “Gramatiquinha” que vigorou, ao menos no período de 1924 a 1929. Segundo Pinto (1990, p. 32), o escritor “estava empenhado numa campanha de nacionalização racional do Brasil que andava tão ‘desgeografado’ no contexto do universo”. A Gramatiquinha fazia “parte de um projeto mais amplo de redescoberta e definição do Brasil, no qual seria, não uma consolidação completa e rígida dos traços peculiares à norma brasileira, mas um discurso engajado, de implicações linguística e estéticas” (PINTO, 1990, p. 43).

Escrever brasileiro era, para Mário de Andrade, uma questão de “ser lógico com sua terra e o seu povo” (ANDRADE *apud* PINTO, 1990, p. 48). Entretanto, nele, a vinculação entre autonomia linguística e independência política e cultural passava longe de um sentimento nacionalista-patrioteiro. Ele era “um homem do Universo e, desse prisma, equacionava a questão da língua no quadro dos valores culturais da humanidade: para integrar-se no Cosmos, o Brasil deveria assumir-se como unidade característica” (PINTO, 1990, p. 48). Quer dizer, a configuração de uma língua ou fala nacional tinha por motivação a representatividade em âmbito universal. Essa postura universalista o leva a julgar como insuficientes os retratos parciais da fala brasileira perfilados por dialetólogos que estudavam variações rurais, como Amadeu Amaral (1920), ou regionais, como Antenor Nascentes (1922) ou Mário Marroquim (1934). Com estudos assim parciais, demoraríamos muito para chegar ao coeficiente brasileiro, à realização linguística coletiva brasileira, que Mário tinha pressa em estabelecer. O escritor desejava perfilar a cultura e a língua brasileira, em meio à diversidade linguística e cultural que tingia o país, de modo a integrá-lo no “[...] no concerto universal onde se inscrevem todas as pátrias” (PINTO, 1990, p. 284).

Em vista de sua postura universalista, Mário recusa várias vias tomadas por escritores de sua época quanto à língua em que a literatura brasileira deveria ser escrita. A via aberta por ele não é aquela de misturar brasileirismos vocabulares com os lusitanismos sintáticos; não é aquela de se manter fiel ao léxico e à sintaxe lusitana, desejando ser lido em Portugal; não é aquela de abusar dos anglicismos e galicismos, ao tempo em que repudia colocações proclíticas como “me parece”; não é aquela dos “regionalistas ou caipiristas orgulhosos que escrevendo contos-da-roça botavam uma escrita na boca dos caboclos e outra limpinha e endomingada nos períodos que propriamente lhes pertenciam” (ANDRADE, 1990, p. 328), ou seja, não é aquela de por na boca dos narradores das histórias expressões fielmente gramaticais e na boca de suas personagens formas populares, rurais e regionais (o “erro” gramatical visivelmente não pertencia ao escritor, mas à personagem da história); não é aquela de recusar o uso da língua brasileira para não se parecer com “fulano”, esquecendo-se de que o problema era coletivo e que os brasileirismos “si adotados por muitos, muitos ficavam parecidos com o Brasil!”. Não era seu objetivo catalogar particularidades, mas sim apreender o universal da fala brasileira para que fosse viável “escrever brasileiro”. Para tanto, era preciso aderir coletivamente às formas já consagradas pelo uso comum dos brasileiros, transcendendo os localismos, os regionalismos, as classes sociais, etc. (PINTO, 1990).

Desejando chegar a essa língua geral do Brasil, mas não podendo contar com especialistas para isso, Mário mesmo se pôs a espreitá-la, coletá-la e descrevê-la, com base em alguns princípios que vimos posteriormente confirmados pela (socio)linguística:

- a) A língua em uso é dinâmica, está em constante variação e transformação, e, diante dela, a norma padrão escrita é uma espécie de língua morta (F2, F4 e F5).
- b) A língua é uma abstração; só existe através de linguagens concretas produzidas coletivamente nas interações ordinárias (F3).
- c) Uma língua compreende muitas línguas (F2).
- d) As linguagens concretas correspondem a *normas* não no sentido prescritivo, mas no sentido descritivo, como usos habituais, constantes, estatisticamente predominantes (F3 e F7).
- e) A ‘língua geral brasileira’, que Mário de Andrade passou a chamar de ‘fala brasileira’ para evitar mal-entendidos, precisava ser apreendida das linguagens concretas, ou seja, dos usos gerais, levando em conta as coordenadas horizontais (usos rurais e urbanos e regionalismos), as coordenadas verticais (as classes sociais) e também os registros e gêneros (o registro amoroso, da briga, da escrita de um romance, etc.). Esses fatores extralinguísticos passaram a ser designados pela sociolinguística como variáveis diatópicas, diastráticas e diafásicas, respectivamente (F1).
- f) Para o estabelecimento do vernáculo nacional, devem ser ouvidos não apenas proletários, analfabetos e caipiras, mas também pessoas cultas e bem letradas em situações descontraídas (F1).
- g) O vernáculo é a língua falada espontaneamente, isenta de preocupação com a correção gramatical (F1).
- h) Também as categorias de *certo* e *errado* ressoam, em Mário de Andrade, a compreensão que a sociolinguística viria a ter delas. O escritor distingue “erro de linguagem” de “erro de gramática”. Uma forma como “Passe-me o cigarro” pode ser considerado um acerto gramatical, mas é certamente um erro de linguagem porque é um atentado contra o uso habitual entre os brasileiros: “Me passe o cigarro” (F8 e F9).
- i) Gramáticas, como instrumentos linguísticos, sucedem as línguas organizadas e são, portanto, desnecessárias para a aprendizagem de uma língua (F10).

Embora as descrições sobre a língua ou a fala brasileira realizadas por Mário de Andrade sejam parciais, fragmentárias e descontínuas, as formulações que repetem os enunciados constantes das alíneas de (a) a (i) podem ser vistos como exemplos de formulações/enunciados *folk*. E, como tais, “não são necessariamente crenças falsas a serem eliminadas da ciência. Constituem, ao contrário, saberes perceptivos, subjetivos e incompletos, a serem integrados aos dados científicos da linguística” (PAVEAU, 2018, p. 23). Seu projeto de configurar uma Gramatiquinha da fala brasileira era uma tarefa hercúlea para ser realizada por um homem só. Entretanto, a despeito de suas queixas, seus colegas de movimento não se sentiram suficientemente empoderados para se engajar na luta pela instituição de uma norma culta brasileira que, a posteriori, poderia ser gramatizada tendo as obras literárias como fontes de exemplos legítimos. No balanço que faz do modernismo, 20 anos depois de seu rebentamento na Semana de 22, Mário de Andrade conclui que os brasileiros encontravam-se ainda tão escravos da gramática lusa como qualquer português. O receio da palmatória da opinião pública, ainda encegueda pelo purismo gramatiquero, era mais forte do que o desejo de “escrever brasileiro” e, diante dela, o ímpeto modernista murchava.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. São Paulo: Hucitec, 1976 [1920].

- ANDRADE, M. de. *Poesias completas*. Edição crítica Diléa Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Villa Ricca, 1993.
- ANDRADE, M. de. *A Enciclopédia Brasileira*. Edição crítica e estudo Flávia Camargo Toni. São Paulo: Giordano/EDUSP, 1993.
- ANDRADE, M. de. *A lição do amigo*. Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, anotadas pelo destinatário. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.
- ANDRADE, M. de. *Cartas a um jovem escritor: Cartas de Mário de Andrade a Fernando Sabino*. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- ANDRADE, M. de. *Cartas de Mário de Andrade a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1958.
- ANDRADE, M. de. Texto interpretativo. In: PINTO, E. P. (org.). *A Gramatiquinha de Mário de Andrade - Texto e Contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990. p. 105-462.
- ANDRADE, M. de. *O empalhador de passarinho*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: INL, 1972.
- ANDRADE, M. de. O movimento modernista. In: ANDRADE, M. de. *Aspectos da literatura brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002. p. 252-280.
- ANDRADE, M. de. Mário de Andrade. In: PINTO, E. P. (org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II (1920-1945)*. São Paulo: EDUSP, 1981, p.131-186.
- COSERIU, E. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico S/A, 1980.
- FARACO, C. A. Português: um nome, muitas línguas. (Programa Salto para o Futuro) *Boletim 08*, ano 18, p.3-11, maio 2008.
- HYMES, D. On communicative competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (ed.). *Sociolinguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1972. p. 269-285.
- LAFETÁ, J. L. M. *1930: A crítica e o modernismo*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.
- LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 63-92
- MARROQUIM, M. *A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1934.
- NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].
- PAVEAU, M.-A. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. *Revista Policromias*, UFRJ, p. 21-45, 2018.
- PINTO, E. P. (org.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos II (1920-1945)*. São Paulo: EDUSP, 1981.
- PINTO, E. P. *A Gramatiquinha de Mário de Andrade - Texto e Contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M.. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].
- YAGUELLO, M. Não mexe com a minha língua! In: BAGNO, M. *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 279-284.



Recebido em 03/09/2019. Aceito em 01/10/2019.